

ARQUIVO PÚBLICO DO PIAUÍ: características de um patrimônio da informação¹

Gregório Jefferson da Silva*
 Germênia Alves Carvalho**
 Manoel Ricardo Arraes Filho***

Resumo

O arquivo é um meio de acesso à informação que utiliza métodos peculiares para conservação dos documentos. Tendo em vista o papel sociocultural que os arquivos exercem na sociedade, o artigo tem o propósito de analisar detalhadamente o Arquivo Público do Piauí, enquanto instituição que trabalha com fontes documentais oriundas do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário do estado. Assim, por se tratar de um arquivo, a ênfase ao seu papel histórico é fundamental e relevante, além disso, destaca-se a importância da instituição que proporciona acesso a fontes de informação para usuários que buscam conhecer os fatos ligados à história e ao cidadão piauiense. A metodologia utilizada é qualitativa e, concomitantemente, com pesquisas de campo e bibliográficas. Desse modo, ao discorrer acerca de arquivo, o embasamento teórico baseia-se em autores que versam sobre a temática, a exemplo de Schellenberg (1955), de Bellotto (2008), dentre outros, como forma de se compreender a função do arquivo e a labutação do arquivista. Explana-se, com minúcia, o modo que o arquivo deve ser estruturado e como se emprega a divisão dos documentos denominados, por meio do uso, de corrente, de intermediário e de permanente. Por fim, discute-se acerca do perfil do Arquivo Público do Piauí e das suas características de patrimônio da informação.

Palavras-chave: Arquivo. Informação. Preservação do conhecimento.

1 INTRODUÇÃO

Conhecer o passado é algo presente nos seres que buscam compreender sua história. História esta que não é uma simples construção imaginativa, mas sim fruto de estudiosos que interpretam fontes documentais, obras de arte, literatura, pinturas, ou seja, relatos do passado a cerca da constituição humana.

¹ Trabalho científico de comunicação pôster apresentado ao GT 3 - Centro de informação como instrumento de propagação social.

*Universidade Estadual do Piauí – Uespi. Graduando do curso de Biblioteconomia.
 gregorioletras@hotmail.com

**Universidade Estadual do Piauí – Uespi. Graduanda do curso de Biblioteconomia.
 germenialves@hotmail.com

***Mestre em Ciência Política pela Unicamp. Doutor em História Social pela UFF.
 ricardoarraes@uol.com.br.



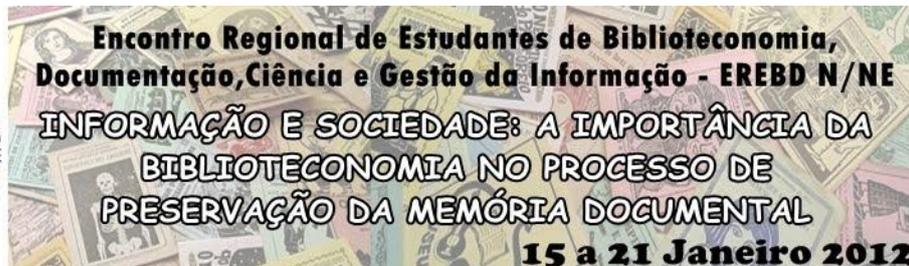
O arquivo (que pode ser privado ou público) é um lugar de guarda de documentos. A lei nº 8.159, de oito de janeiro de 1991, que regulamenta os arquivos públicos diz que:

Os arquivos públicos são os conjuntos de documentos produzidos e recebidos, no exercício de suas atividades por órgãos públicos de âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e municipal em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias, já os arquivos privados só podem ser acessados mediante a autorização do proprietário.

Ao tratar de arquivo público é essencial mencionar sua função como meio de informação, garantia dos direitos do cidadão ao emitir certidão, uma fonte de consulta para todos aqueles que buscam conhecer a construção historiográfica do estado, como também do país que ocupam. Desse modo, o arquivo enfatizado será o: Arquivo Público do Piauí, o qual fora criado em 1909, atendendo aos anseios de intelectuais e políticos que buscaram nas reminiscências historiográficas meios para o estudo da formação histórica piauiense.

A análise sobre o Arquivo Público do Piauí será pautada também na relação existente entre dois profissionais: arquivistas e bibliotecários, que lidam com a informação, mas que possuem trato diferente com a mesma, pois enquanto o bibliotecário possui Código de Classificação para o livro, o arquivista elabora seu Código de Classificação de Documentos de Arquivo e Tabela de Temporalidade de Documentos, de acordo com as necessidades daquele arquivo.

Os documentos depois de perderem sua funcionalidade para o órgão gerador acabam se tornando fontes fundamentais para a História. Afinal, como pontua Bellotto (2008, p.23) “a distância entre a administração e a história no que concerne aos documentos é, pois, apenas uma questão de tempo.” Para tanto quando esses documentos passam ao domínio do arquivo, é necessário observar as condições que se apresentam.



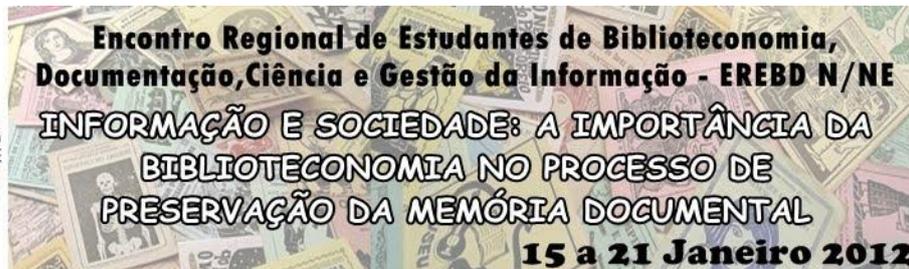
No ciclo vital os documentos são divididos em arquivos correntes (os documentos ainda são usados por seu órgão gerador, mesmo que não possua mais sua funcionalidade administrativa, continua sobre o domínio do arquivo daquele órgão que o produziu), intermediários (momento em que os documentos passam por um processo de avaliação realizada por funcionários do órgão gerador, historiadores, arquivistas que determinaram a importância daquela documentação além de ocorrer também à produção da tabela de temporalidade), permanentes (são documentos que, antes interessavam ao administrador, passam a servir de base para pesquisadores, público em geral).

Uma das principais diferenças entre arquivos correntes e intermediários ocorre com relação a sua funcionalidade, pois o documento tido como primário pode servir de suporte para a instituição produtora (na fase corrente), passa a ter valor secundário para os que buscam compreender o papel da instituição produtora, dessas fontes que possibilitam ao historiador a revisitação, até mesmo, de seu objeto de estudo.

2 RELAÇÃO ENTRE BIBLIOTECÁRIOS E ARQUIVISTAS

A diferença entre esses dois profissionais se volta para origem do material que possuem o modo de aquisição, as técnicas usadas para classificar o acervo, entre outros. Trabalhar com o Arquivo é lembrar que seu material é produzido pelo governo que representa (ou por pessoas que deram uma contribuição histórica significativa, exemplo os escritos deixados por personagens políticos), já na biblioteca: os documentos são frutos de pesquisas científicas ou são obras artísticas onde, sua aquisição pode ocorrer por meio da compra, doação, permuta com outras bibliotecas.

O bibliotecário pode adquirir seu material de qualquer lugar do mundo, já o arquivista recebe especificamente de uma instituição governamental. Com relação à avaliação, o arquivista analisa a documentação como peça inteira da atividade que a produziu, visando assim preservar o modo como aquele órgão funcionava.



Os documentos só existem em uma via se forem destruídos, não poderão ser recuperados. O bibliotecário avalia o material como peça isolada, a qual pode ser adquirida em diversas fontes, o julgamento da validade daquela fonte será por conveniência, se for destruída não irá gerar perda total, pois poderá ser adquirida posteriormente.

Na biblioteca, a classificação se volta para sistemas já utilizados e símbolos que mostram a posição na estante, já o arquivista associa pela origem daquela fonte documental.

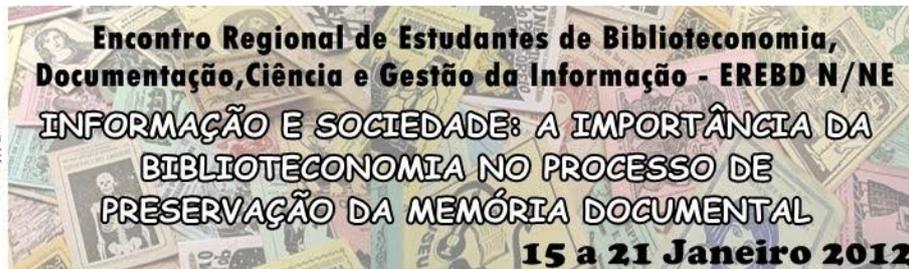
O bibliotecário cataloga seu material, já o arquivista o descreve por meio de guias, inventários e listas especiais. A semelhança entre esses profissionais ocorre na busca por um melhor acesso à informação. Eles podem se ajudar mutuamente a partir do momento que o arquivista se volta para uma biblioteca especializada nos modelos de documentos oficiais ou quando o arquivista se utiliza de obras sobre arquivos e documentos.

Apesar das diferenças, o essencial é perceber que esses profissionais podem trabalhar juntos. Dessa forma, é necessário que cada um tenha que se direcionar para as necessidades específicas de seus objetos de trabalho, pois se o bibliotecário lida com peças individuais, o arquivista avalia o material com um todo.

3 ARQUIVO PÚBLICO DO PIAUÍ: UM POUCO DE SUA HISTÓRIA

Criado em 1909, o Arquivo é um dos repositórios da memória do Estado, guarda documentos de suma importância, pois para se conhecer um lugar é necessário procurar compreender sua origem, uma vez que a história não é oriunda de fatos imaginados, mas sim de fatos que apresentam nos documentos, sua principal comprovação.

Os documentos são as bases de uma nação por meio deles é possível compreender as mudanças ocorridas para evolução daquele local. Baseado nesse



princípio, o Arquivo do Piauí foi criado durante o governo de Anísio Brito (o qual dirigiu a casa por muitos anos) atendendo as solicitações das classes detentoras do poder e do saber na sociedade piauiense do século XX.

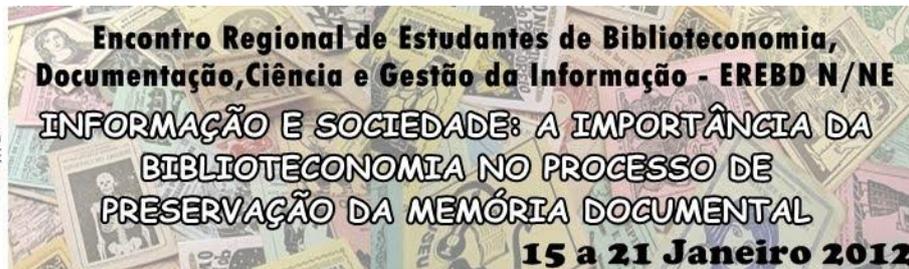
Inicialmente, o Arquivo encontrava-se vinculado a biblioteca e ao museu do Piauí, a partir da década de 1980 ocorreu o desmembramento desses centros informacionais e o Arquivo passava a ter sede própria. Com relação ao acervo o Arquivo, ele possui uma gama documental que vai desde o período Colonial até o Republicano (oriundos do Poder Legislativo, Judiciário, Executivo) também possui: uma hemeroteca, biblioteca de apoio e os Registros sonoros e visuais.

No que se refere a seu acervo, encontra-se constituído de documentos históricos que abrangem o período Colonial, Imperial, Republicano. Reitera-se que são documentos oriundos do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, ou seja, consideradas fontes de informação de grande valor e que possibilitam entender melhor a respeito da constituição do Estado.

4 ACERVO DO ARQUIVO PÚBLICO DO PIAUÍ

Os documentos relativos ao Poder Executivo encontram-se dispostos em uma área de 265 metros lineares armazenados em caixas arquivo e média de 69 metros lineares de códices na vertical, coleções relativas à independência, a Balaiada, a Guerra do Paraguai e a Rebelião Pinto Madeira. Os instrumentos que possibilitam o acesso a esse acervo vêm a ser: inventários de códices, inventários da coleção da Independência, da Guerra do Paraguai e da Rebelião Pinto Madeira e repertório de escravidão negra.

O Poder Legislativo apresenta uma média de 115 metros lineares de documentos, os quais 2,75 metros na vertical e 6,50 metros na horizontal. Documentos do século XVII, XIX e XX como leis, resoluções, proposições legislativas, orçamentos, decretos, atas, prestações de contas, mensagens, relatórios, correspondências e códigos de postura, compreendendo o poder Legislativo Estadual e Municipal.



O acervo do Poder Judiciário está disposto em uma área aproximada de 243 metros lineares sendo que 2,70 metros na vertical e 27 metros na horizontal. É composto de registros de nascimento, casamento, inventários, notas, testamentos, autos criminais, registros gerias de terras, dentre outros que vão desde o século XVII ao século XX. O método que está distribuído vem a ser em Inventários dos livros de Registro de Nascimento, Casamento e Terras, Inventário, Sumário dos Registros Civil e Notas.

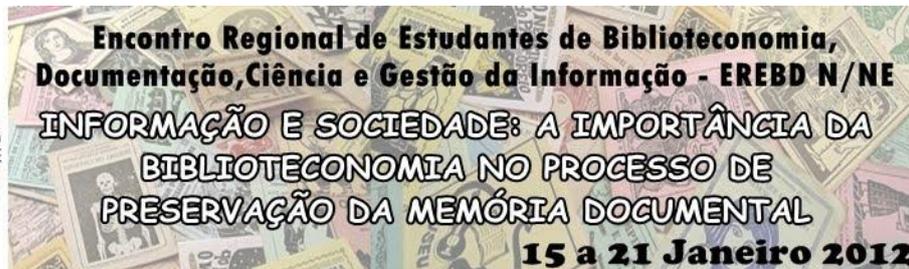
Já o arquivo Intermediário é composto pelos documentos da vice-governadoria, Fundação Cultural, EMOPPI, Tribunal de Contas e das Secretarias de Governo, Obras, Saúde, Administração e Cultura, os quais são fontes do início do século XX.

A Hemeroteca é composta pelos 395 títulos de periódicos piauienses que vão desde o século XIX até o século XXI, sendo que 28 são microfilmados. Jornais pertencentes ao período Imperial e ao período Republicano, como: O Semanário e o Piauhy. Vale ressaltar que, muitos desses títulos encontram-se lacrados, em decorrência da falta de meios que possibilitem a preservação dos mesmos e os que são microfilmados tem sua visualização impossibilitada pela falta de uma máquina que propicie a leitura dos mesmos.

A Fototeca é composta por mais de 150.000 fotografias dos séculos XIX e XX, por meio delas é possível visualizar fatos com relação: as praças, ruas, construção das casas, prédios públicos, eventos ocorridos na cidade, personalidades, cotidiano etc.

A Biblioteca de apoio é composta por 1893 títulos a respeito da História e Literatura Piauiense, obras raras do século XIX e XX. Em que o instrumento de pesquisa é o Catalogo de livros e revistas.

Os serviços oferecidos pelo Arquivo são: as visitas dos alunados (do nível fundamental de ensino até o superior), emissão de certidões, exposições, higienização do acervo, seminários, instrumentos de pesquisa.



Seu público-alvo é, em suma, pesquisadores que buscam fazer a revisão historiográfica piauiense ou procuram meios de fundamentar indagações relativas ao estado Piauiense.

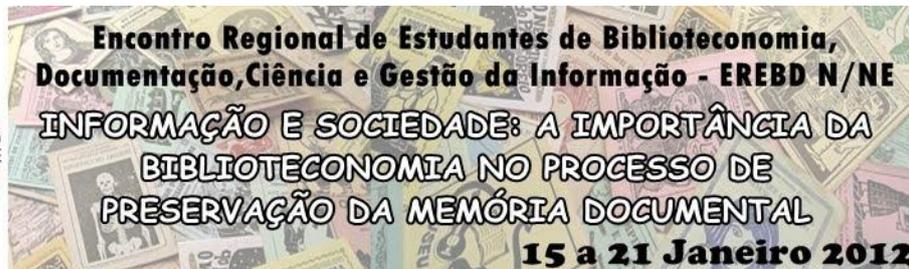
O arquivo piauiense segue aos critérios técnicos e metodológicos regulamentados pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), o qual enviou especialistas oriundos do Arquivo Nacional que verificaram as condições do Arquivo Público do Piauí durante o ano de 2007.

No que concerne à conservação do acervo, é possível perceber as dificuldades presentes, pois grande parte dos jornais se encontra lacrada devido à impossibilidade de consulta ao mesmo devido a seu estado de deterioração. Manuscritos e jornais são os mais carentes de restauração.

Os recursos humanos (cerca de vinte e dois funcionários, onde apenas a diretora do Arquivo possui especialização no trato com documentos) são insuficientes para a gama de documentos de dois mil metros lineares, uma biblioteca com quase dois mil exemplares; 15 mil fotografias, hemeroteca formada por 395 títulos de jornais piauienses; documentos em suportes sonoros e visuais constando de 226 fitas cassetes, 29 fitas de rolo, 14 microfilmes de jornais do período Imperial e Republicano e 37 microfilmes de documentos piauienses.

5 O ARQUIVO PÚBLICO E SEUS USUÁRIOS

A clientela do Arquivo Público Do Piauí é composta por um grupo seletivo formado por historiadores, sociólogos, jornalistas, literatos que buscam no arquivo aparato documental que possa fundamentar suas pesquisas. Grupo formado por intelectuais, cidadãos que buscam no Arquivo fontes e um modo de se visitar o passado piauiense e de se reescrever sua historiografia.



A maioria da população vê no Arquivo um depósito de documentos antigos, em que tal conceituação não privilegia sua importância enquanto fonte histórica e documental de suma relevância para a compreensão da formação daquele lugar.

6 METODOLOGIA

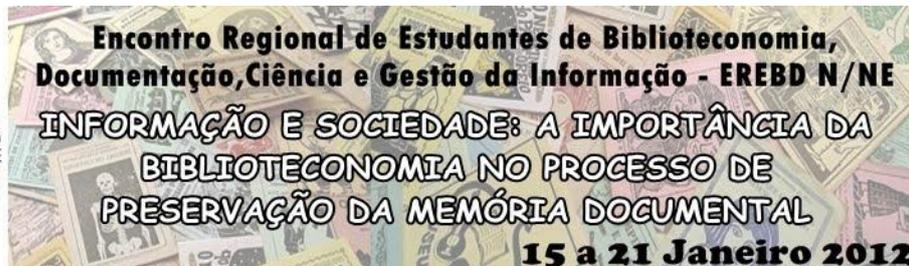
A metodologia possui um enfoque descritivo e que se embasou, para construção do trabalho, nos textos dos autores tradicionais e dos contemporâneos. Assim, constatou-se que o arquivo é um depósito de documentos fundamentais para os que buscam nas fontes, as respostas para as indagações referentes à constituição daquele lugar no qual se está inseridos.

Com isso, após a coleta e análise dos dados, pode-se perceber na transcrição do texto que trabalhar com documentos é uma forma do pesquisador alcançar seu objeto de estudo, pois, a história não é pautada em mera imaginação, mas em fatos que a comprove. Conforme Bellotto (2008), “A história se faz com uma infinidade de papéis cotidianos, inclusive com os do dia-a-dia administrativo, além de fontes não-governamentais.”

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhar com Arquivo foi uma maneira de resgatar essa fonte documental de extrema importância para toda e qualquer civilização que vê nos documentos a forma de conhecer seu passado, sua história.

Por meio deste trabalho é possível salientar a contribuição de profissionais que lidam com a informação, embora se utilizem de métodos diferenciados. Bibliotecários e arquivistas são representantes de uma forma de se pensar técnicas de trabalho que muito tem a acrescentar, pois no passado, na maioria das vezes, devido à quantidade ainda pequena de arquivistas, quem realizava as funções em um arquivo era o bibliotecário.



Trabalhar com uma fonte documental é uma referência da busca constante que o homem possui de conhecer seu passado, para assim compreender seu presente. A população piauiense por meio do Arquivo Público do Piauí conta com fontes necessárias para revisão historiográfica do estado.

REFERÊNCIAS

- ANGHER, Anne Joyce (org.). **Vade mecum**: acadêmico de Direito. 11ed. São Paulo: Rideel, 2010.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes**: tratamento documental. 2^a ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- BRASIL. Lei nº 8.159, de 09 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 29, n. 6, p. 455, jan. 1991. Seção I.
- BRASIL. Decreto nº 1.173, de 29 de junho de 1994. Dispõe sobre a competência, organização e funcionamento do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, v.132, n. 123, p. 9665, jun. 1994. Seção I.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Dicionário de Terminologia Arquivística**. São Paulo: AAB-SP, 1996. 142 p.
- CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros**: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. 2^a ed. Brasília: UnB, 1998.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 3^a ed. Curitiba: Positivo, 2004.



FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GUIA do Arquivo Público do Estado do Piauí. Teresina: FUNDAC, 2008.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss de sinônimos e antônimos da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

JARDIM, José Maria. **Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil**. Niterói: Eduff, 1995.

JARDIM, José Maria. **Transparência e opacidade do Estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental**. Niterói: Eduff, 1998.

LOPES, Luis Carlos. **A informação e os arquivos: teorias e práticas**. Niterói: EDUFF, São Carlos: UFScar, 1996.

MULLER, S.; FEITH, J. A.; FRUIN, R. **Manual de arranjo e descrição**. Tradução de Manuel Adolpho Wanderlei. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1960. 145 p.

Revista Presença. Ano XXIV. Nº 42. Órgão do Conselho Estadual de Cultura e da Fundação Cultural Monsenhor Chaves. Teresina, 1º quadrimestre/ 2009

RODRIGUES, Auro de Jesus. **Metodologia científica**. São Paulo: Avercamp, 2006.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica: guia para eficiência no estudo**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Tradução Nilza Teixeira Soares. 6º ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SILVA, Armando Malheiro. **Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação**. 2ª ed. Porto Alegre: Afrontamento, 2002.